Bloco de Esquerda Açores

I Representação Parlamentar I

Rejeitado 18/02/2016

Voto de Protesto

O Governo da República, em nome de uma Escola exigente, de uma Escola inclusiva e de uma Escola de progresso, pôs fim aos exames do 4º e 6º ano da escolaridade obrigatória. Esta decisão política é uma boa notícia para o País.

Com os exames, nove em cada dez crianças que chumbam são oriundas de agregados familiares mais pobres. Basta atentar nesta realidade para perceber, como este sistema introduz a selectividade na escola, em vez da inclusão.

A introdução dos exames teve como pretexto o combate ao facilitismo e a promoção da exigência, para esconder os seus reais pressupostos, ou seja, o combate à escola pública e a selectividade social.

Mas, na realidade, o facilitismo está neste sistema de exames. Pois este sistema é mais limitado, mais barato e mais fácil de "avaliar" os alunos. Porquê? Porque não tem de se preocupar com o contexto social e económico das crianças, com o nível de escolaridade das famílias ou com o acesso a apoios específicos de que as crianças possam necessitar.

Pelo contrário, o sistema de aferição agora instituído, permite encontrar e corrigir as dificuldades das escolas, apurar falhas e erros nos currículos, nos programas e nas aprendizagens, introduzindo alterações para os melhorar. Simultaneamente, a avaliação é mantida, pois, desde logo, os/as alunos/as são avaliados pelos seus professores e a exigência dessa avaliação é potenciada através da aferição.

Uma Escola centrada nos exames tende a motivar os que têm melhores resultados e a abandonar ou a condenar os outros ao ensino profissional.

Uma Escola centrada nos exames promove - utilizando a linguagem estudantil - o discurso do "Só interessa o que sai nos exames ", ainda que o resto, aquilo que não "interessa", sejam disciplinas como História ou Ciências.

Era, por isso, urgente, pôr fim ao "facilitismo" de Nuno Crato, porque a política educativa do Governo PSD/CDS era contra as crianças, contra a Escola e contra o Progresso.

Bloco de Esquerda Açores

I Representação Parlamentar I

Neste contexto, é inexplicável a decisão tomada pelo Governo Regional dos Açores e pelo Senhor Secretário da Educação e Cultura, em não acompanhar - já, este ano lectivo - as alterações que o Governo do Partido Socialista promoveu, ao nível da República, no que a esta matéria diz respeito.

As alterações em marcha são bastante mais difíceis de implementar, na República do que nos Açores, quanto mais não seja, pelo número de alunos, professoras e escolas envolvidas. Daí que a justificação da 'estabilidade do ano escolar' não colha.

Não é percetível qual a estabilidade de uma criança com nove anos, por exemplo, que em véspera de exame, para ela decisivo, entre em sofrimento, perca o apetite, tenha medo de ir para escola, isto é, entre em stress.

Nesta decisão errada do Governo Regional, o centro do sistema escolar deixou de ser a criança (o/a aluno/a) e passou a ser a burocracia e as concepções arcaicas, em matéria educativa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo Regional, pela manutenção das provas finais de Português e de Matemática, no 4º e 6º ano de escolaridade, no corrente ano lectivo.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento à Secretaria Regional da Educação e Cultura, a todas as Unidades Orgânicas que leccionam o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, às Organizações Sindicais do sector e às respectivas Associações de Pais e Encarregados de Educação.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda

Zuraida Soares

(Zuraida Soares)

Horta, Sala das Sessões, 18 de Fevereiro de 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 517 Proc. n.º 66.12
Data: 16-02-18 N.º 19.IX